



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 119

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 119

109ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 08

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 09

Dep. Elio Rusch 10

Dep. Douglas Fabrício 11

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 12

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 14

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 15

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 16

Discussão/Votação

Redação Final 17

2ª Discussão 18

1ª Discussão 20

Requerimentos 26

Encerramento da Sessão 26

Transcrição 26

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT 27

Ata de Comissão

Constituição e Justiça 27

DIÁRIO Nº 119

109ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

13 DE OUTUBRO DE 2008

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Mauro Moraes, Plauto Miró e Stephanes Júnior (07).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Fábio Camargo, Ney Leprevost e Teruo Kato (04).

Em licença os Srs. Deputados: Antonio Belinati e Carlos Simões (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO Nº 171/08

Curitiba, em 13/10/08.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária do dia 13/10/08, por estar em visita às minhas bases eleitorais no noroeste do estado, cumprimentando os companheiros Prefeitos e Vereadores eleitos no último dia 05/10/08 e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

OFÍCIO Nº 030/08

Curitiba, em 13/10/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. para solicitar licença da Assembléia Legislativa a partir desta data para assumir o cargo de Secretário do Planejamento, na Secretaria de Planejamento do Paraná.

Certo de que a solicitação proposta merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta e consideração.

(a) ENIO VERRI

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, em 08/10/08.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve vem, muito respeitosamente, solicitar licença das funções de Deputado Estadual, no período entre 13 a 22 de outubro, tendo em vista estar disputando o segundo turno das eleições municipais de Londrina.

Pela atenção, antecipo as expressões de gratidão ao honrado Presidente e também aos nobres Pares.

(a) ANTONIO BELINATI

OFÍCIO Nº 248/CS/08

Curitiba, em 13/10/08.

Senhor Presidente:

Através deste, solicito o afastamento de meus trabalhos como Parlamentar nesta Casa de Leis, por 15 dias a contar da data de hoje, para tratar de assuntos de ordem pessoal, de acordo com o Regimento Interno da Casa.

Contando com habitual atenção à V. Exa., renovo protestos de estima e consideração.

(a) CARLOS SIMÕES

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, em 13/10/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa., que estive ausente da Sessão Plenária no dia 09 de outubro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço a atenção dispensada.

(a) MARCELO RANGEL

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2574

Senhor Presidente:

Na forma do inciso IV, do parágrafo 2º, do artigo 131 do Regimento Interno, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja retirado da pauta da Ordem do Dia, da Sessão Ordinária de 13/10/08 de outubro de 2008, o Projeto de Lei nº 239/08, item 07, por 05 (cinco) Sessões, considerando a necessidade de entendimento entre o Tribunal de Justiça e os titulares dos cartórios, posto que os mesmos alegam que a redação do artigo segundo da proposta legislativa não foi objeto do acordo promovido entre as partes mencionadas.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2599

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-à deste Plenário na Sessão do dia 13 do mês corrente, pelo motivo do falecimento do Sr. Romeu Brandão (tio do Parlamentar) casado com a Sra. Neia Leprevost Brandão.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2596

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, utilizar o grande expediente no dia 13/11/08, em comemoração aos 100 anos de Umbanda.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A Umbanda, completa em 2008, 100 anos. Com objetivo de minimizar o preconceito existente em torno das religiões de origem afro-brasileira, pretende-se organizar diversos eventos, aproveitando a data comemorativa do centenário da Umbanda.

Mesmo a Constituição Federal, no artigo 5º, VI, estipular ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de cultos e as suas liturgias, o movimento umbandista continua sendo alvo constante do preconceito generalizado da sociedade.

A Umbanda, uma religião genuinamente brasileira, foi fundada em 15/11/1908 no estado do Rio Janeiro, e em 2008 estará completando 100 anos de fundação. Enraizada na cultura brasileira, evoluiu durante esses 100 anos de existência. Os rituais que antes aconteciam apenas de forma escondida pela perseguição que sofriam, hoje contam com grandes instituições e colégios que a fortalecem até mesmo com uma Faculdade de Teologia Umbandista reconhecida pelo MEC. Presente atualmente em 12 países a Umbanda possui milhares de adeptos em todo o mundo, principalmente no Brasil.

Infelizmente o preconceito e a intolerância religiosa a esse segmento ainda é muito grande, o que faz que esses números tão expressivos não sejam observados facilmente nas ruas. A grande maioria destes templos de Umbanda, cerca de 90%, não possuem identificação em suas fachadas, a grande maioria dos umbandistas, quando questionados sobre sua religião, não se identificam como tais, tudo isso pelo temor a animosidade da sociedade que de uma forma geral critica aquilo que desconhece. Esses dois procedimentos, tanto da sociedade umbandista como da não-umbandista, causam um ciclo vicioso, gerando assim mais preconceito e mais temor ao preconceito, conseqüentemente causando a exclusão social de uma grande parcela da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 2595

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar, à família do Sr. Yukimitsu Uemura, falecido aos 80 anos de idade em Hospital na cidade de Faxinal, vítima de câncer.

Uemura foi um dos precursores do plantio direto no Paraná e na região de Mauá da Serra. Conheceu a técnica primeiramente em Rolândia, através do produtor Herbert Bartz, em 1974 e levou o sistema para Mauá da Serra onde as terras eram consideradas improdutivas e tinham muito sapé.

O sistema começou com soja e trigo e depois com o milho. Associado à rotação de culturas, o plantio direto está presente hoje em 100% das terras de Mauá da Serra, município campeão de produtividade no Paraná.

Yukimitsu Uemura, nasceu no Japão e imigrou para o Brasil na década de 50, onde morou em Álvares Machado-SP, de onde veio em 1957 para fixar residência em Mauá da Serra, onde morava até o seu falecimento. Ele, acompanhado de seus dois irmãos Otávio e Cândido Uemura e mais Luiza Hirayama fora os primeiros japoneses a se instalarem no município.

Era viúvo de Taeko Sakamoto Uemura, e deixa seis filhos: Cecília, Tereza, Ademar, Cristina, Elizabeth e Ângela.

Ficam registrados nesta Casa os sinceros pêsames deste Parlamentar à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2557

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito Ismael Ibrain Foane, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição ao cargo de Prefeito de Mandaguaçu.

O Prefeito recebeu 5 mil e 892 votos.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2558

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Hermes Pimentel da Silva, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2559

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Manoel Pereira de Melo, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição à Câmara Municipal de Paranacity.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2560

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Sebastião Farias - Tião Bamerindus, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição à Câmara Municipal de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2561

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Anisio Monteschio Junior, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Paçandu.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2562

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Mauro Gaspar, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição à Câmara Municipal de Floresta.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2563

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito Elias Lima, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição ao cargo de Prefeito de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2564

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Flávio Vicente, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Maringá

O Vereador recebeu 4 mil e 250 votos.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2565

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Vereadora Rose Baraldo, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição à Câmara Municipal de Floresta.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2566

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Prefeita Marly Benatti,

enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição ao cargo de Prefeita de Nova Esperança.

A Prefeita recebeu 7 mil e 436 votos e continuará a administração com a aprovação da comunidade.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2567

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito Milton Muzulon, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição ao cargo de Prefeito de São Jorge do Ivaí.

O Prefeito recebeu 2 mil e 311 votos e continuará a administração com a aprovação da comunidade.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2568

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito Waldomiro Ganegudes, enviando voto de congratulações em razão de sua reeleição ao cargo de Prefeito de Presidente Castelo Branco.

O Prefeito recebeu 1 mil e 926 votos e continuará a administração com a aprovação da comunidade.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2569

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Alvarino Facin, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2570

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Vereador Manuel Caraçato, enviando voto de congratulações em razão de sua eleição à Câmara Municipal de Mandaguaçu.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2572

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da

presente Sessão de um voto de congratulações à equipe jurídica Grazielle Hiczy Lisboa, Michele Vagner Lisboa, Marco Aurélio Miranda de Carvalho, Marcos Vinícius Freitas dos Santos e Leonardo José Mendes, pelo excelente trabalho realizado nas eleições 2008 em Ponta Grossa.

Requer ainda, que se dê ciência aos interessados através de correspondência individual e expedição de diplomas a serem encaminhados a este gabinete Parlamentar para serem entregues em mãos.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2573

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Paulo Ferreira, eleito pelo PRB do município de São Mateus do Sul.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2575

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Vieira, eleito pelo PRB do município de Sertãoópolis.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2576

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Gilson, eleito pelo PRB do município de Telêmaco Borba.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2577

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Zé Marconi, eleito pelo PRB do município de Bom Sucesso.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2578

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Mario Mitmann, eleito pelo PRB do município de Céu Azul.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2579

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador João do INSS, eleito pelo PRB do município de Arapongas.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2580

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Nivaldo Fartura, eleito pelo PRB do município de Ortigueira.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Mangue, eleito pelo PRB do município de Nova América da Colina.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2582

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Claudiney Quinha, eleito pelo PRB do município de Morretes.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2583

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Pastor Renato Lemes, eleito pelo PRB do município de Londrina.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2584

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, a Vereadora Casturina, eleita pelo PRB do município da Lapa.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2585

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Pastor Valdemir, eleito pelo PRB do município de Curitiba.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2586

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Emerson Fonseca, eleito pelo PRB do município de Cornélio Procopio.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2587

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, a Vereadora Arilde Longui, eleita pelo PRB do município de Pato Branco.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2588

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Valmor, eleito pelo PRB do município de Quedas do Iguaçu.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2589

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Carlão Schimiloski, eleito pelo PRB do município de Porto Amazonas.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2590

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Vereador Eduardo Pioneiro, eleito pelo PRB do município de Quedas do Piaçandu.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador eleito.

Sala das Sessões, em 13/10/08.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2598

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado e ao Presidente da COPEL, Dr. Rubens Ghilardi, informar os valores e as datas dos pagamentos efetuados ao Governo do Estado do Paraná, a título de juros sobre o capital próprio e dividendos, referente aos exercícios de 2003 a 2007 e também os valores e as datas de recolhimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF incidentes sobre os pagamentos referidos.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(aa) VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO,
ELIO RUSCH E DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 2601

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique registrado para a posteridade, nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o artigo: Nossa Senhora Aparecida de autoria de S. Exa. Revma. Dom Moacyr José Vitti, Arcebispo Metropolitano, publicado na página 14 da Gazeta do Povo do dia 12 do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a S. Exa. Revma. Dom Moacyr José Vitti e ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente do jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O artigo escrito por Dom Moacyr José Vitti Arcebispo Metropolitano de Curitiba, reflete perfeitamente entre todos nós a celebração da festa de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.

O encontro da pequenina imagem se perpetua no grande Santuário Nacional em Aparecida do Norte por milhões de peregrinos de todo o Brasil e do exterior.

A humilde Virgem Aparecida quis manifestar-se dessa maneira: simples e discreta.

É por amor a esta mãe querida que todas as famílias brasileiras tem no coração a devoção que nos une cada vez mais sempre com alegria e vitórias.

Nossa Senhora Aparecida foi proclamada pelo saudoso Papa Pio XI, a Padroeira do Brasil.

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 405/08**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 14427 de 07/06/04, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam obrigados os estabelecimentos públicos ou privados e os eventos de grande concentração de pessoas a manterem, permanentemente, em local de fácil acesso, no mínimo um (01) aparelho desfibrilador automático externo (DAE) e uma pessoa qualificada a ofertar suporte básica de vida e manuseio técnico do referido aparelho, a fim de possibilitarem atendimento emergencial na ocorrência de parada cardíaca.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei ora apresentado nesta augusta Casa de Leis, visa alterar o artigo 1º da Lei 14427 de 07/06/04, conforme solicitação da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, no tocante a supressão da exigência referente a aplicação das normas do Comitê de Ressuscitação Cárdio Pulmonar e ao número mínimo exigido do aparelho desfibrilador automático externo (DAE).

Conforme ofício enviado pelo Ministério Público, através do Promotor de Justiça Dr. Maximiliano Ribeiro Deliberador, informando que o referido Comitê de Ressuscitação Cárdio Pulmonar, inexistente no âmbito do Poder Público, conforme se conclui das diversas informações prestadas pelo Ministério da Saúde, e também através da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, informando que o Comitê é órgão da Sociedade Brasileira de Cardiologia, portanto, sem caráter oficial, logo, incompetente para expedição de normas legais.

Em relação aos ambientes em que circulem ou permaneçam mil pessoas ou mais, conforme estudos realizados, demonstram que um único aparelho desfibrilador não é totalmente eficaz, portanto, faz-se necessário a exigência de no mínimo um (01) aparelho, possibilitando aos locais de grande concentração a disponibilizarem um número superior ao exigido anteriormente na lei.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação referido projeto de lei que altera dispositivos da Lei 14427, que dispõe sobre o uso do aparelho desfibrilador automático externo (DAE).

PROJETO DE LEI Nº 406/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária - ACIAA com sede e foro no município de Araucária/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A associação que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede no município de Araucária - Paraná é uma sociedade civil, dotada de personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

A Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Araucária tem como principais finalidades congregar, defender e representar os interesses da livre iniciativa empenhando-se no fortalecimento da classe representada; propor ou criar projetos e/ou órgão técnicos visando o desenvolvimento econômico e social do município, da região e do estado do Paraná, de maneira isolada ou em parceria com outras entidades e órgãos públicos e privados nacionais ou internacionais; organizar, diretamente ou através de parcerias, cursos de treinamento e capacitação profissional, preparação de mão-de-obra, conferências e palestras sobre assuntos de interesse dos associados, funcionários das empresas associadas e do público em geral; representar seus associados, judicial e extrajudicialmente, utilizando-se dos institutos processuais constitucionalmente assegurados, inclusive mandado de segurança coletivo independentemente de convocação de Assembléia Geral.

Conforme o artigo 46 do estatuto social da associação os cargos eletivos serão exercidos a título gratuito.

Por essas razões esperamos o devido apoio e aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 407/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação do Imaculado Coração de Maria com sede e foro no município de Cianorte.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Imaculado Coração de Maria é entidade civil, sem fins lucrativos, sendo uma comunidade particular de fiéis leigos de vida e Aliança Católica Apostólica Romana, que tem por objetivo promover assistência espiritual para casais em dificuldades conjugais, bem como assistência para recuperação de dependentes químicos, alcoólicos e outras enfermidades. Constituída em 20/12/04, portanto há mais de dois anos, já recebeu o reconhecimento público do municípios.

Para que a Associação do Imaculado Coração de Maria possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembléia Legislativa intitua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 408/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Beneficente Aquarela, com sede e foro no município de Curitiba, comarca de região metropolitana de Curitiba foro Central.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/10/08.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Aquarela, fundada em 27/01/06, têm por finalidade atender e representar seus associados, promovendo o desenvolvimento da vida comunitária entre os moradores, representando-os em suas reivindicações frente aos poderes públicos devidamente constituídos, além, de buscar desenvolver, trabalhos que visem melhorar a qualidade de vida de crianças, adolescentes e idosos, visando a promoção humana e a integração social destes na comunidade.

Destacamos, sobre maneira, a constante e importante atuação desta entidade, com reflexos positivos na sociedade, com êxito comprovadamente alcançado em todas as suas atuações.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 07.969.672/0001-59, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do Estado do Paraná.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma honra estar aqui novamente, eu que tinha licenciado para disputar a Prefeitura de Toledo e tive uma das melhores experiências da minha vida. Certamente, plantei a boa semente, Sr. Presidente. Fizemos uma campanha de alto nível, discutindo alternativas para a nossa cidade. Uma cidade que é pólo, que tem um perfil que lidera todo o processo regional de 18 municípios. Queria assumir o comando daquela cidade. Fui para a campanha

numa expectativa de vitória. Sei que a nossa proposta foi bem aceita pelo povo de Toledo. Não tenho dúvidas, que a população mais humilde espera mais investimentos dos Prefeitos eleitos. Investimentos em Saúde Pública e prevenção, como o programa Saúde da Família, que nós propalamos que na nossa cidade não tem. Certamente, se o Prefeito José Carlos implementar a cidade ganhará.

Sentimos também que a temática maior que foi discutida, apesar de não ser de competência do Prefeito, a Segurança foi um dos grandes temas que pautou o debate político das três candidaturas da minha cidade e os Prefeitos eleitos precisam fazer política na área de prevenção, atendendo crianças e adolescentes. Hoje o crack, é uma droga que está dominando a juventude. Em Toledo não é diferente e acredito que em muitas cidades do Paraná também.

Portanto, o jovem, o adolescente precisa do investimento do Poder Público Municipal em parceria com o estado e a união, para diminuir os problemas sociais da juventude e principalmente no tocante a droga.

Estou muito contente com o resultado apesar de não ter sido eleito mas o resultado é positivo. Saindo nas ruas, parece que o povo adiou o processo de votação. Queria consolidar a reeleição do Prefeito José Carlos, que aproveitou a oportunidade para parabenizá-lo. Lá a Oposição se dividiu, respeito à posição do PMDB, partido que sempre apoiei em três eleições consecutivas para as eleições municipais. E agora, entendíamos a legitimidade da disputa junto com o PMDB. Mas, o PMDB lançou o seu candidato e de fato a soma dos votos do PMDB e do PT davam empate, hoje, pelo resultado das votações e as lideranças da cidade, que queriam vir com a Oposição, ficaram em cima do muro.

Esta campanha também nos mostrou que os Prefeitos têm uma boa avaliação e prevalecendo o instituto da reeleição é muito difícil disputar de igual para igual. Então, reconhecemos isso, sabemos que se o Congresso quiser legislar no sentido de sustar, parar com instituto da reeleição, prestaria um grande serviço para o país. Acredito nisso, acho que é necessário. Acredito que o poder de força da máquina administrativa, o Prefeito não precisando se afastar, onde 40, 50 cargos de confiança pedem férias no mês antes das eleições, fica uma desproporção muito grande para quem está enfrentando a eleição. É normal, não temos que reclamar.

Quero agradecer a população de Toledo que confiou, sinto-me vitorioso por causa da proposta que fizemos e o povo compreendeu. Tudo que falamos no horário eleitoral e nas reuniões, tínhamos como fazer. Todos os programas já eram executados em algumas cidades do Paraná ou do país.

Portanto, tive as melhores experiências da minha vida. O povo de Toledo confiou na nossa proposta, apesar de ela não ter sido vitoriosa, e adiamos o processo. Plantamos uma boa semente. Sei que a proposta não foi vencedora, mas foi entendida. Terei força para falar com o Prefeito eleito, para ele, se tiver humildade suficiente e o seu grupo entender, talvez implementar algumas propostas que defendemos.

Sinto-me um vitorioso nessas eleições, porque fizemos uma campanha bonita, propositiva e tudo aquilo que falamos no período eleitoral era fatível de execução, sem sombra de dúvida. Falamos daquilo que é de responsabilidade do Poder Executivo em nível local. Esperava ter ganhado, porque saberia conduzir aquele município com muita firmeza. Não fui vitorioso do ponto de vista eleitoral, mas do ponto de vista político sinto-me um grande vitorioso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP) (**Pela Ordem**)

Só queria aproveitar este momento, já que no Pequeno Expediente não poderia pedir aparte, dizer que da campanha do Deputado Elton, que de fato foi uma campanha que orgulha todos nós, fez uma campanha muito bonita e tudo aquilo que ele pronunciou da tribuna, eu afirmo que ele teve, de fato, uma campanha muito boa e, sem dúvida nenhuma, ele marcou na cidade de Toledo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O que não nos surpreende, vindo de V. Exas.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Na quinta-feira próxima passada fizemos um pronunciamento nesta tribuna em relação aos gastos do Governo do Estado com a Segurança Pública.

Os jornais da capital têm noticiado, principalmente a Gazeta do Povo e outros jornais também, até matéria de capa, dizendo que o Paraná apenas gastou mais do que o Piauí e o Ceará. Isto ficou confirmado, ao menos até o presente momento não tomamos conhecimento nenhum que esses números não fossem os verdadeiros.

Mas o que quero trazer hoje, Sr. Presidente, é em relação aos investimentos que o estado do Paraná fez e faz em relação à receita tributária no estado do Paraná.

Pois bem, se o Paraná gastou tão pouco com a Segurança Pública no ano passado, ficando atrás de 23 outros estados da federação, não é de se estranhar também, se vamos querer comparar, não vamos nem falar de Governo Jaime Lerner, Governo Roberto Requião, mas os números estão aqui.

Olhem, Srs. Deputados, em 2002 a receita tributária do Governo do Estado chegou em R\$ 6 bilhões, 295 milhões, Deputado André Vargas, que acaba de adentrar neste plenário, como ex-Deputado e hoje Deputado Federal, um prazer muito grande tê-lo aqui em nosso meio, e naquele ano, em 2002, o Governo aplicou 763 milhões 937 mil em investimentos, que corresponde a 12.13% aplicados em investimentos, num total no estado do Paraná.

E quanto o atual Governo, Deputado Duílio Genari, investiu este ano? Aliás, ano passado, em 2007? A receita tributária de 2007 chegou em R\$ 11 bilhões, 667 milhões e 614 mil. E se investiu, desse total, apenas 791 milhões, 629 mil em investimentos, que corresponde a 6.78% da receita tributária.

Vejam, Srs. Deputados. e a imprensa do Paraná, o que o Governo do Estado, no ano passado, em todos os setores, somando Educação, somando Segurança, somando a área social, na Secretaria dos Transportes, enfim, o Governo do Estado tem investido apenas 6.78% da receita tributária no estado do Paraná. Porém, se considerarmos o último ano do Governo anterior, que investiu 12.13% da receita tributária, podemos dizer que o Governo passado investiu 78,9% a mais que este Governo em investimentos.

Não é só isso que nos chama a atenção, mas um outro fato muito importante - o Paraná, não sei se é por falta de gerenciamento ou má gestão, cada um pode fazer a sua interpretação - veja o que o Paraná foi obrigado a fazer no passado: dos recursos que vieram do Governo Federal a fundo perdido, foram devolvidos para o Governo durante 2007, os valores devolvidos à Secretaria do Tesouro Nacional somaram R\$ 2 milhões, 988 mil. Neste ano, somente de janeiro a abril, em quatro meses apenas, o Governo do Estado já devolveu R\$ 994 mil. Somando com o do ano passado. O Governo do Estado devolveu para o Tesouro Nacional R\$ 3.982.794,10, dinheiro que estava à disposição do estado do Paraná e foi devolvido para o Tesouro Nacional por má aplicação desse recurso ou mal gerenciamento. Daí não podemos levar por surpresa, quando a imprensa do Paraná noticia que o Paraná é o estado que menos investe em Segurança Pública, e assim sucessivamente os diversos erros e falhas que acontecem na administração pública do estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Ainda no Pequeno Expediente o Deputado Douglas Fabrício, por cinco minutos, prorrogáveis por mais um minuto ou podendo usar o horário da sua Liderança.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Deputado Anibelli, Sra. e Srs. Deputados.

Sei que vários Deputados já se manifestaram, ouvi até o Deputado Elton Welter falando da eleição municipal. Eu não fui candidato, Deputado Elton, mas participei também ativamente apoiando diversas candidaturas, mais de 20 candidatos pelo PPS ou candidatos ligados ao PPS que é o meu partido. Mas, já tive o privilégio de ser candidato a Prefeito na minha cidade, na eleição anterior, e posso dizer como V. Exa. disse ali: “É uma satisfação muito grande poder representar não só o partido, mas também um grupo de pessoas oferecendo

condições de a população escolher.” Aprendemos muito na campanha. Sempre oriento que jovens participem da política, porque quando uma pessoa participa de uma campanha eleitoral, ela realmente aprende muita na vida, é uma verdadeira faculdade. Lá você conversa com todas as classes sociais, com todo o tipo de pessoas e pode aprender muito, porque todas realmente podem nos ensinar.

Nesta campanha, estou vendo aqui alguns Deputados que foram candidatos, primeiro, quero aproveitar e parabenizar a todos que foram candidatos. Como disse o Deputado Elton Welter, o resultado que vem da urna, pode ter certeza que sempre é uma vitória. Se você conseguiu dois votos, você já conseguiu convencer uma pessoa a mais para poder acreditar no seu sonho, sua idéia, seu projeto.

Não existe perdedor em eleição municipal. Perde quem não participa. Nisto eu acredito. E por isso, Deputados Reni Pereira, Rosane Ferreira, Dr. Batista, estou vendo aqui os candidatos, parabenizá-los pelo resultado das eleições. Acompanhei pela imprensa e sei que quando existe uma disputa, naturalmente a população vai ter que escolher entre dois ou três candidatos. Um vai fazer mais votos, mas não quer dizer que aquele seja o vencedor. O grande vencedor, se fizesse todos os votos, isso até hoje não vi. Por isso é importante, quem se elege, a primeira coisa que eu coloco para as pessoas que se elegem é esperar baixar a poeira e correr para resolver os problemas, que ficam muitos, e passar dali adiante a administrar a cidade, que é para todos.

Então, aproveitar, sem citar nomes, apoiei vários candidatos, mais de 20. Nove se elegeram a Prefeito e Vice. E 12 não se elegeram. Aqueles que se elegeram, parabéns, que façam um bom mandato. Da minha região vou ajudar todos os que se elegeram e também os que não se elegeram, porque é meu papel, enquanto Deputado, cobrar do Governo soluções, investimentos na região, para melhorar a qualidade de vida da população.

Neste sentido, gostaria de deixar uma cobrança sobre a Estrada Boiadeira, Fizaram um ato político dizendo que ia recomeçar, foi aquela montoeira de gente pra lá e pra cá e até agora não recomeçou. Tenho informações do Governo Federal e de Deputados Federais que não tem orçamento para esta Estrada Boiadeira começar este ano. E se isto aconteceu, se enganaram o povo, vou voltar a denunciar, aqui, claramente, porque não se pode imaginar que numa campanha eleitoral vá lá, reúna o povo, assine um protocolo e depois não comece.

Quero deixar aqui este registro, Deputado Jonas Guimarães, V. Exa. que também mora bem pertinho da região que represento e em alguns municípios trabalhamos em parceria, a Estrada Boiadeira, se fizer um evento e este evento foi só para assinar um papel, e lá no Governo Federal não tem o dinheiro no orçamento para que esta obra comece ou recomece, vou denunciar isto, porque não podem enganar a população. Chega! O povo não agüenta mais!

O que percebi em vários municípios que passei, o povo está decepcionado com muitos políticos, que prometem, prometem, vem a eleição, continuam prometendo e enganando. Principalmente o povo mais humilde, mais simples. Este é o que mais sofre e às vezes nem percebe, mas é o que mais sofre.

Queria deixar este registro, vou continuar cobrando as ações do Governo, tanto Estadual quanto Federal, em especial as ações que prometeram na minha região, com relação à melhoria de Segurança Pública, por exemplo, e parabenizar os eleitos. V. Exa., nós que trabalhamos juntos, o Deputado Antonio Anibelli, por exemplo. O Prefeito se reelegeu, com o seu e o meu apoio. Juntos, vamos ajudá-lo a fazer um melhor mandato ainda, porque é isso que o povo espera daqueles que se elegeram: que façam um melhor mandato do que já teve.

Era isto. Muito obrigado pela oportunidade e parabéns a todos os Deputados que foram candidatos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao horário destinado ao Grande Expediente.

O SR. DR. BATISTA (PMN) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero justificar a ausência do Deputado Teruo Kato. Por motivos de urgência, teve que sair em viagem.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Iremos registrar na ata seu pedido.

No Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores, com a palavra o Deputado Luizão, que volta a esta Casa para a alegria de todos nós, tendo sido eleito Prefeito do progressista município de Pinhais. Parabéns a V. Exa. e ao seu partido!

Com a palavra V. Exa., pelo tempo que desejar, em homenagem à sua vitória.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Agradeço, Sr. Presidente, Deputado Anibelli, Deputado Nelson Justus, Secretária Luciana Rafagnin e Nishimori, Deputados e Deputadas, senhores e senhoras.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui nesta Casa novamente! Claro, agradecer primeiramente à Deus pelas oportunidades que me deu na vida! Eu que vim do norte do Paraná há 30 anos, em 1978, é hoje um privilégio poder ser um Deputado do nosso estado, mesmo que seja por um período curto, mas estou feliz por estar aqui de volta, principalmente agora, como Prefeito eleito da minha cidade de Pinhais. Fizemos uma bela campanha, uma campanha de propostas, de projetos para a cidade,

porque é isso que a população de Pinhais espera. A população estava e continua muito ansiosa por mudanças, já que disputei contra a atual administração, pois o meu principal adversário representava a atual administração de Pinhais, e a população realmente pretendia mudanças.

Pinhais é o 13º município no estado em arrecadação de ICMS, um município importante, mas que ainda tem muitos problemas a serem resolvidos na área de infra-estrutura, na área da Saúde, na área de projetos para a juventude e para a criança, enfim. E nós, pela experiência que temos, sendo que já fui Vereador duas vezes em Pinhais. Presidente da Câmara e fiquei um ano e três meses aqui como Deputado representando aquela cidade, sendo o primeiro Deputado da cidade de Pinhais, consegui fazer boas amizades nesta Casa, o que também permitiu com que eu fizesse boas alianças.

Agradeço aos colegas Deputados que depositaram confiança e permitiram a aliança que fiz em Pinhais, uma composição de 14 partidos, além do meu, o Partido dos Trabalhadores, representado aqui pelos companheiros e pela companheira Luciana Rafagnin, partido que estou filiado há 21 anos e que tem uma história no município de Pinhais.

Pudemos compor com outros 13 partidos, como o PDT, do Augustinho Zucchi, do Edgar Bueno, do Luiz Carlos Martins e foi importante a coligação com o PDT em Pinhais, porque a minha candidata a Vice-Prefeita é do PDT, uma mulher respeitada na cidade, Vereadora por três mandatos e que tem uma história de trabalho na cidade de Pinhais e, por ser mulher e ter uma sensibilidade diferente, tenho certeza que vai contribuir muito para que possamos fazer uma boa administração. Tínhamos na coligação o PMDB do Governador Roberto Requião, do Waldyr Pugliesi, do nosso Líder Luiz Claudio Romanelli e demais valorosos companheiros desta Casa, tinha também o PP do Antonio Belinati, da Cida Borghetti, do Duílio Genari e do Ney Leprevost, que se empenhou bastante e foi à cidade por várias vezes para ajudar na campanha. O PTB do Fábio Camargo e do Jocelito Canto; o PMN do Dr. Batista; o PV da Rosane Ferreira - a quem também agradeço pelo apoio na cidade de Pinhais - e demais partidos que não têm representação nesta Casa, como o PSC, do Ratinho Júnior, o PSL, o PCB, o PHS, o PCdoB, o PRP e o PPC.

Concedo um aparte à Deputada Rosane Ferreira

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Apenas para parabenizá-lo, Deputado Luizão! Sabemos que o senhor fará falta nesta Casa, principalmente como Líder para discutir as questões da região metropolitana, como o transporte coletivo e a violência urbana, questões essas que o senhor sempre nos ajudava a dar encaminhamento.

Mas tenho certeza que o senhor como Prefeito da cidade de Pinhais também poderá nos ajudar de lá no enfrentamento desses problemas e poderá contar conosco aqui para a busca das soluções.

Então, parabéns ao senhor, parabéns pela campanha, parabéns pelo êxito, parabéns por ser eleito no primeiro turno, juntamente com o Deputado Edgar Bueno. Sempre considere o senhor como um Deputado eleito porque o senhor deixou, às vésperas da campanha, esta Casa. Então, parabéns e êxito, Deputado.

Quero aproveitar também esta oportunidade para fazer um pedido, eu sei que o Legislativo é importante, mas é o Executivo que muda a vida das pessoas, é o Executivo que faz com que o posto de saúde cure, que a escola ensine, que a pavimentação vá para frente da casa das pessoas. Então, quero fazer um pedido especial: cuide, Deputado, e futuro Prefeito da cidade de Pinhais, agora Prefeito eleito, daqui a pouco Prefeito empossado, da Educação, Professor Luizão, porque a Educação é a grande revolução que esperamos neste país. As escolas de Pinhais, hoje, já têm um 4º lugar nos municípios da região metropolitana. Que ela se qualifique ainda mais e que ela realmente prepare os cidadãos daquela cidade para uma vida digna, que acho que é o maior papel de um Prefeito.

Parabéns e muito sucesso na sua nova empreitada.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Obrigado, Deputada Rosane Ferreira, pelas suas palavras.

O Sr. Elton Welter (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero lhe parabenizar, companheiro Luizão, você de fato é merecedor dessa grande vitória do Partido dos Trabalhadores aqui na região metropolitana. Não tenho dúvida que você fará um grande Governo, pela sua experiência e eu me orgulho pela sua vitória, pode ter certeza. Parabéns. Eu queria ter ganhado lá também, mas plantei a boa semente e, fique tranquilo, nós queremos te ajudar no que for possível.

Parabéns.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Deputado Luizão, V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Aproveito este momento, também quero manifestar a minha alegria não só como Deputado Estadual, mas Líder do Partido dos Trabalhadores, a sua vitória representa um símbolo para o nosso partido. Num momento em que todas as análises dão que o PT teve uma derrota no Paraná, o Deputado Luizão é, sem dúvida nenhuma, o principal marco de referência do nosso partido no Paraná, e a partir do ano que vem o município de Pinhais, para os quais todos os esforços foram feitos, e o senhor, como militante do partido, imagino o que o senhor está sentindo neste momento.

Governar uma cidade é uma coisa muito difícil, mas é grande desafio. Entendo que o mandato de Prefeito é um dos mandatos mais belos, porque é na cidade que a

vida das pessoas acontece, e o Prefeito tem uma proximidade com a população, as suas ações determinam ações concretas na vida e na consciência do povo, e tenho certeza, Deputado Luizão, com a sua experiência, pela pessoa que é, uma pessoa democrática, que saiu do movimento docente, que tem toda uma longa experiência política, será um excepcional Prefeito e vai trazer também para o Paraná a questão da região metropolitana, questão que o senhor já tocava na condição de Deputado aqui nesta Casa.

Parabéns, boa sorte, uma boa gestão.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Obrigado, meu Líder.

Quero manifestar aqui a minha alegria, também registrar a presença da Presidente do PMDB de Pinhais, Marta Ferreira, um partido importante no município que fez coligação conosco, elegeu dois Vereadores também. E da nossa coligação em Pinhais, das 11 cadeiras da Câmara, a nossa coligação faz nove cadeiras. Foi importante, temos uma boa base de Vereadores no município de Pinhais, e tenho certeza que vamos fazer um bom trabalho, poder corresponder à expectativa da população daquele município.

E claro, Deputada Rosane Ferreira, pretendo ter um bom diálogo com os Prefeito da região metropolitana, para que possamos discutir questões comuns, buscando soluções para os problemas, dando mais poder à região metropolitana, que é necessário, porque temos hoje uma população de Curitiba, é a mesma quantidade de gente, senão mais, na região metropolitana, população essa que padece de muitas necessidades, tem muitos problemas. Então, essa é uma discussão que pretendemos levar adiante.

E quero também poder, a partir de janeiro, contar com o apoio importante desta Casa, dos Deputados, das amizades que fizemos aqui, porque vamos precisar do apoio, sem dúvida nenhuma, para fazer desenvolver aquela cidade. E claro, o importante apoio do Governador Requião, que esteve no município de Pinhais por duas vezes em comício, em uma das caminhadas, se comprometeu conosco a ajudar o municípios de Pinhais na área de infra-estrutura, na área de Saúde, ele que atualmente é um morador do município de Pinhais.

Tenho certeza que o Governador Roberto Requião dará o apoio necessário para que possamos fazer de Pinhais uma cidade bem melhor do que é hoje, atendendo a expectativa e a esperança daquele povo.

Aproveito também para agradecer a oportunidade que o Enio Verri me deu, pois foi para a Secretaria do Planejamento, a convite do Governador Roberto Requião, para eu assumir mais três meses aqui nesta Casa. Oportunidade que quero aproveitar para criar novas relações em nível de estado, para poder fazer uma boa administração a partir de janeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia, com satisfação, a presença do Deputado André Vargas, Deputado Federal; de igual maneira o ex-Vice-Prefeito de São Pedro do Ivaí, Osvaldo Reinata, a pedido do Deputado Luiz Nishimori. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Consulta as Lideranças do PSDB, PDT, PMDB.

(Declinam)

No horário do Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero falar ainda sobre eleições municipais, do nosso resultado em termos partidários lá na região de Campo Mourão.

São 25 municípios, tínhamos dois Prefeitos e hoje temos quatro Prefeitos do PPS. Aumentamos em 100%. Em contrapartida, o PMDB do Governador Roberto Requião tinha 18 Prefeitos agora tem nove Prefeitos. Esse é o saldo da nossa região.

O Governador Roberto Requião foi o grande derrotado da nossa região. E muitos, desses nove que ganharam, tiveram o nosso apoio na aliança. Apoiamos, por exemplo, a Prefeita Elza lá em nova Cantú; o Prefeito Osnei Picanço; apoiamos também em Moreira Sales, dentre outros.

Percebi que o Governador perdeu não só nas grandes cidades, perdeu em pequenas cidades também. Por exemplo, Araruama, o Prefeito perdeu para o nosso candidato do PPS. E nem era político a pessoa que se elegeu lá, chama-se Mino Bonato, nunca tinha sido candidato. E saímos vitoriosos naquela eleição. Assim como em diversas outras.

Em Campo Mourão apoiei o Tauillo Tezelli, ex-Prefeito que fez dois excelentes mandatos e que fez 22 mil 207 votos. E o atual Prefeito se reelegeu com 24 mil 998 votos.

Quero deixar aqui os parabéns ao atual Prefeito que ganhou. Eu, como Deputado da região, vou continuar ajudando, porque passado o momento da eleição, os eleitos têm que cumprir com sua obrigação. Eu, na condição de Deputado, vou continuar cobrando do Governo, conseguindo recursos, como já conseguimos para a Santa Casa de Campo Mourão e a Santa Casa de Goioerê, e cobra recursos para melhorar a Segurança.

Ainda há pouco vi algum Deputado falando da questão da Segurança. Nesta semana, já tivemos novamente problema de assalto em Ubitatã e em Juranda. Assaltos na área rural, assaltos em lotéricas na cidade Juranda e assaltos lá na cidade de Campo Mourão, inclusive invadindo uma empresa, quebrando os vidros. Não podemos permitir isso. Na condição de Deputado, temos que cobrar atitudes dos Governos. Quem está de Governo

agora? Governo Estadual é o Requião e Governo Federal é o Lula. Então, passou a eleição. Agora, nosso papel é, como eu disse aqui, fazer uma reflexão de quem ganhou e quem perdeu, mas os que estão eleitos têm que cumprir com seu papel de defender o interesse da população.

Já começam as especulações para o futuro, em 2010, mas antes de pensar em 2010 temos que pensar, agora, uma grande discussão do orçamento, Deputado Beti Pavin, que é Presidente da Comissão de Orçamento. Precisamos, realmente, verificar se estão sendo cumpridos os compromissos de campanha ainda de 2006. Nossa região de Campo Mourão precisa de infra-estrutura para melhorar a Segurança em vários daqueles municípios. Precisamos, novamente, alocar recursos para atender a Santa Casa de Campo Mourão e a Santa Casa de Goioerê.

Deputada Beti Pavin, tem muitas cidades que eu andei, agora, comércio a comércio, conversando com as pessoas que precisam de casa própria. O município de Goioerê, por exemplo, faz muitos anos que não sabe o que é construir uma casa própria com financiamento da COHAPAR, do Governo do Estado, e assim tem outros municípios que têm um déficit habitacional muito grande.

Agora, na discussão da lei orçamentária, na discussão do orçamento, é que podemos corrigir, de repente, possíveis distorções. Todos os Deputados. Aí não é o trabalho só de um Deputado, não é o trabalho só dos sete Deputados que participam da Comissão de Orçamento. Este momento, talvez, é o momento mais importante da Assembleia Legislativa. Cada Deputado aqui conhece claramente sua região. Nesta campanha, aquele que foi candidato passou a conhecer ainda mais sua cidade, e aquele que não foi candidato, que teve que apoiar outros candidatos, passou a conhecer ainda melhor sua região. Por isso, nesta discussão orçamentária que vamos travar, já estão chegando os documentos para que possamos fazer a análise, cada Deputado dará sua sugestão para poder melhorar a peça do orçamento.

Quem vai ganhar com isso não é somente o Governo Requião. Ele ganha também, porque vai fazer as obras que a população precisa - e nós Deputados estamos indicando essas obras - mas a grande vencedora nesse sentido do nosso bom trabalho será a população, porque a população a construção de obras em cada cidade, vai melhorar sua qualidade de vida. Sejam obras na área de esporte, na área da Saúde, na área de Educação, na área de infra-estrutura urbana no sentido do tráfego de veículos, ou sejam na área de Segurança. O problema mais grave na nossa região, que acredito que ocasionou esse problema, que o Governador Requião, de 18 Prefeituras que tinha à frente o PMDB, hoje passou a ter só nove. É a Segurança.

O Governo deve fazer uma reflexão disso, porque a população não esteve contente com aqueles Prefeitos do PMDB que não se reelegeram. Sendo uma cidade pequena, sendo um Prefeito do lado do Governo, não se reeleger, alguma coisa está muito errada. Ou o Prefeito

foi muito mau, e um Prefeito sozinho não pode ser mau; ou foi mal assessorado, ou não foi atendido pelo Governador Requião. Essa é a grande verdade.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados; estamos num recomeço de trabalho, Reforçando aqui que todos têm compromisso com sua região. Vou continuar aqui fazendo Oposição ao Governo Requião, mas aqueles projetos que o Governo trouxe para esta Casa que sejam bons projetos, que vão melhorar a vida da população, eu serei o primeiro, junto com os demais Deputados do PPS, a votar a favor. Da mesma maneira, aqueles projetos que a população não aprove, vamos não só votar contra, como trabalhar para que não sejam aprovados. Queremos sempre beneficiar a população.

Está vindo uma discussão, uma mini, como se fala aí na rua, sobre a reforma tributária do Requião. Ele teve a idéia de que vai baixar o imposto dos produtos da classe mais humilde. Essa é a idéia que está sendo vendida, só que se olhar bem a realidade, precisamos estudar bem, porque quem vai vender o produto é o comerciante. Será que o comerciante vai repassar esse desconto para a população? Tenho certeza, está se falando em aumentar na energia, no combustível e em outras áreas, esse aumento vai ser repassado para o consumidor. E aí, imposto criado ou aumentado, todo mundo tem que pagar e, às vezes, imposto descontado, as pessoas que realmente merecem, pode ser que não venham a ter o desconto.

Então, essa é uma reflexão de um importante projeto que está nesta Casa, todos temos uma grande responsabilidade, aprovando ou não, temos que realmente discutir. Sei das Audiências Públicas que serão feitas para ouvir a população e nós, como eu disse, se o projeto for avaliado pela população nessa Audiência Pública como sendo bom para a população, vamos votar a favor. Agora, se a população não aprovar, não só não votaremos a favor, como trabalharemos para que ele não seja aprovado.

Era isso. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PTB/PR; Bloco PSB/PRB/PV.

(Declinam)

No Horário do PMDB, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar o Deputado Luizão, que acaba de se eleger Prefeito de Pinhais, onde contou com o apoio do meu partido, o PMDB, do PDT, do Zucchinho. E sei que o Professor Luizão vai fazer, na prática, a aplicação das políticas

públicas que ele sempre defendeu. quero lamentar também que a Deputada Beti Pavin não tenha chegado à Prefeitura de Colombo, como da Rosane, que já falei aqui, mas, enfim, as coisas são assim.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao longo de todos esses anos, inclusive aqui na Casa, Deputado Romanelli, eu vi uma defesa total, complexa, do mercado. E agora abro o jornal O Estado de São Paulo e um dos seus articulistas diz o seguinte: “Marx estava correto na sua avaliação”. Quem é o Marx? É o Karl Marx do marxismo, e depois, incorporado pelo Lênin, marxismo e leninismo. Bom, então, veja bem, aqui mesmo nesta Casa eu vi uma defesa total, completa, da saída do estado das empresas como a COPEL, como a SANEPAR, porque defendiam que o mercado não podia sofrer nenhuma interferência.

E agora, companheiros do PMDB, estamos vendo a coisa mais fantástica que poderíamos ver, o estado americano intervindo, por necessidade, na iniciativa particular, na iniciativa privada. Será que é o fim do capitalismo ou é mais uma das agonias que o regime fundamentalista, capitalista, está vivendo? Porque quando o socialismo sofre, reveja aqui ou ali, os ideólogos da Direita já aparecem para decretar a morte do socialismo. E eu sempre falei: nem o socialismo morreu, nem o capitalismo, moribundo que está aí, está morto. Infelizmente. Agora, presenciamos a intervenção do Governo inglês, alemão, francês e norte-americano com o estado a socorrer os empreendimentos particulares, deixa todos nós boquiabertos. O que deveria fazer o Governo americano? Ele não disse que o mercado é o dono da verdade, que acerta as coisas do jeito que elas devem ser? Por que agora, Deputado Jonas Guimarães, irmão do Prefeito Edno Guimarães?

Temos que fazer reflexões, sim. Estou dizendo essas coisas, porque amanhã tem gente escrevendo: “As eleições de 2010 já têm vencedor. Já ganharam fulano, beltrano e sicrano”. As coisas se modificam todos os dias.

A intervenção estatal nos Estado Unidos, para socorrer a iniciativa particular, é uma tsunami ideológica e não pode ser vista de outra maneira.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Waldyr Pugliesi, nós todos do MDB, do PMDB, sempre admiramos a sua trajetória pela sua coerência, firmeza e limpidez de seu raciocínio. Uma das coisas que V. Exa. sempre pregou, é que nenhuma solução de uma sociedade justa passava pelo chamado famoso mercado. Nada como um dia após o outro. Quantos aqui nesta Casa já contestaram V. Exa., ou seja, os adeptos que se apaixonaram pelo neoliberalismo? O fato concreto é: como um dia após o outro desmente aquilo que todos nós sabemos: a sociedade constituiu o estado para que ele pudesse provê-la.

Neste momento se vê os impostos que os americanos e os europeus pagam. Dinheiro, que como ontem a Folha de São Paulo trouxe também, de um articulista, demonstrando que se fosse viável, se quisesse, com US\$ 150 bilhões se extinguiria a fome no mundo até o ano de 2015. Em uma única penada, como se diz, o Presidente americano libera US\$ 700 bilhões para matar a fome dos banqueiros.

Deputado Waldyr Pugliesi, o que temos em jogo é todo um sistema financeiro internacional. Mas há de se reconhecer, e nunca mais se ouça, que esses colonistas de plantão - não estou me referindo a nenhum paranaense, quando falo isso - essas Miriam Leitão e outras que são arautos do neoliberalismo, onde vão fazer análise agora, sobre o que é o sistema financeiro internacional?

V. Exa., neste seu pronunciamento, mais uma vez mostra que o bom e velho Deputado Pugliesi tinha razão, que esse neoliberalismo é uma porcaria mesmo, pelo que está mostrado pela falência do sistema financeiro internacional. Parabéns a V. Exa. pela coerência de todos esses anos.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Dizer que aqui mesmo nesta Casa se defendeu aos extremos, que deveríamos nos livrar, inclusive, do DER. Queriam privatizá-lo, para entregar todas as estradas ao pedágio. A SANEPAR chegou a estar nas mãos de proprietários estrangeiros. Nada contra os estrangeiros. O problema é que se você colocar o lucro como fundamento principal, você não vai fazer investimento via SANEPAR em distritos ou em municípios, que não gerarão lucros para os acionistas. Imaginem a COPEL e a SANEPAR na mão de particulares, o BANESTADO quebrado! Continuo defendendo a teoria de que o estado tem que estar presente, sim, dentro da sociedade, mantendo essas empresas que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso estado.

Com aparte o Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Quero lhe parabenizar pelo pronunciamento. De fato, a tese do estado mínimo, quem sempre defendeu isso deve estar com a pulga atrás da orelha, porque a intervenção do estado da economia é fundamental para dar mais segurança institucional. É isso que os Governos americanos e europeu estão fazendo. Nós, socialistas, não tenho dúvidas que quando o estado regular com eficiência e evitar a especulação, vamos diminuir a pobreza. Esse é o desafio dos líderes mundiais. A sua linha é exemplo para seguirmos. Acredito que a tese do capital pelo capital está indo por terra. Ou regulamos com eficiência quando dermos concessões, ou intervirmos quando isso prejudica a economia da sociedade.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Vivi isso enquanto Constituinte, enquanto Deputado Federal. O que pretendiam fazer no país? Privatizar totalmente o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, e durante muito tempo quiseram colocar a PETROBRAS na mão de meia dúzia de pessoas que não têm nenhum compromisso, a não ser o compromisso com o lucro, como a Vale do Rio Doce, que foi dada de graça para determinado grupo.

Ainda bem que conservamos a SANEPAR, a COPEL. Poderíamos ter, sim, um banco de desenvolvimento, de fomento, para estar nesse momento embasando o desenvolvimento da economia do Paraná. Mas, o BANESTADO foi comido por dentro, destruíram o BANESTADO e hoje estamos pagando R\$ 60 milhões todos os meses para quitarmos uma dívida que vai ainda ser cobrada por mais de 20 anos.

Então, acho que os fatos, mais cedo ou mais tarde, acabam alicerçando os pensamentos daqueles que fazem política olhando o conjunto da sociedade. Mas, não podemos ficar olhando para uma parte, excluindo quem quer que seja. Então, o que estamos vendo é o seguinte: o socialismo não morreu, está aí, e o capitalismo, do jeito que está implantado, está com o pé na cova.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo, Liderança da Oposição.
(Declinam)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 030/08, subscrito pelo Deputado Enio Verri, constante do expediente, solicitando licença da Assembléia Legislativa a partir desta data, para assumir o cargo de Secretário de Estado do Planejamento, na Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, Diretoria de Assistência ao Plenário e Diretoria Financeira, para as devidas anotações.**

Ofício nº 171/08, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária de hoje (13/10/08), por estar em visita às suas bases eleitorais no noroeste do estado, cumprimentando os companheiros Prefeitos e Vereadores do estado, eleitos no último dia 05/10/08. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Ofício nº 248/CS/08, subscrito pelo Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando afastamento de seus trabalhos como Parlamentar, nesta Casa de Leis, por 15 dias a partir da data de hoje para tratar de assuntos de ordem pessoal, de acordo com o Regimento Interno desta Casa. **À Diretoria Legislativa, Diretoria de Assistência ao Plenário e Diretoria Financeira, para as providências necessárias.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando licença das funções de Deputado, no período entre 13 a 22/10/08, tendo em vista estar disputando o segundo turno das eleições municipais de Londrina. **À Diretoria de Assistência ao Plenário.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, comunicando que esteve ausente da Sessão Plenária do dia 09/10/08, para tratar de assuntos particulares. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2599, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando a ausência do Deputado Ney Leprevost, na Sessão do dia 13/10/08, por motivo de falecimento na família. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 336/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que mantêm guichês em terminais rodoviários e aeroportos, bem como os estabelecimentos bancários de disponibilizarem cadeira de rodas e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 336/08 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam os estabelecimentos bancários, as empresas que mantêm guichês em terminais rodoviários e em aeroportos no estado do Paraná, obrigadas a manter, no mínimo, uma cadeira de rodas à disposição de portadores de necessidades especiais, idosos ou de pessoas necessitadas, circunstancialmente, do uso do equipamento, quando em trânsito.

§ 1º A utilização do equipamento a que se refere o *caput* deste artigo será gratuita.

§ 2º O equipamento a ser mantido e utilizado deverá estar de acordo com as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 3º As empresas e estabelecimentos bancários deverão providenciar a cadeira de rodas a que se refere o *caput* deste artigo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta lei.

Art. 2º As empresas deverão afixar placas ou cartazes, em locais visíveis, indicando a disponibilidade e o local que abriga o equipamento para oferecimento e utilização pelo usuário necessitado.

Art. 3º O descumprimento desta lei sujeita ao infrator a aplicação de multa, a ser prevista no regulamento, sem prejuízo de outras comunicações legais.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13/10/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 364/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família de Pranchita, com sede no município de Pranchita e foro na comarca de Santo Antônio do Sudoeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 364/08 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família de Pranchita - APMIF, com sede no município de Pranchita e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/10/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 368/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Cruz Vermelha Brasileira filial do estado do Paraná, com sede e foro nesta capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/08, de 27/08/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 369/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual o Lar Abrigo de Jesus do Paraná, com sede e foro no município de Morretes. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/08, de 27/08/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 371/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública o CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança de Bandeirantes, com sede e foro no município de Bandeirantes. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 371/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o CONSEG Bandeirantes - Conselho Comunitário de Segurança de Bandeirantes, com sede e foro no município de Bandeirantes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13/10/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 379/08, de autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de utilidade pública estadual a Escola Profissional Piamartina Instituto João XXIII, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 109/08, de 09/09/08, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 313/08, estabelece às delimitações das Circunscrições Imobiliárias da comarca

de entrância final de Maringá, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 239/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei 239/08 objetiva redefinir a delimitação territorial do 1º, 2º e 3º Serviço de Registro de Imóveis de Maringá, bem como estabelecer a delimitação territorial do 4º Registro de Imóveis de Maringá, criado em 2003. Recebeu no dia 02/09/08 uma emenda de Plenário, de autoria do nobre Deputado Jocelito Canto, com o objetivo de acrescentar ao projeto um artigo que autoriza o Poder Judiciário a efetuar, a cada dois anos, a reavaliação e readequação de todas as Circunscrições Imobiliárias do estado.

Fundamentação

Inicialmente, devemos observar a Constituição da República, que em seu artigo 96 estabelece a competência privativa dos Tribunais de Justiça para propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciárias:

Art. 96. Compete privativamente:

(...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no artigo 169:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

No mesmo sentido, o artigo 101 da Constituição do Estado do Paraná reserva ao Tribunal de Justiça competência idêntica:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

A emenda de plenário em análise visa autorizar o Poder Judiciário a efetuar a reavaliação e a readequação de todas as Circunscrições Imobiliárias do Estado.

Primeiramente, constatamos que ao estabelecer que o Poder Judiciário fica autorizado a efetuar a readequação das Circunscrições Imobiliárias, o Parlamentar está autorizando tal Poder a efetuar um ato que depende, de acordo com os artigos 96 da Constituição da República e 101 da Constituição Estadual, de autorização legislativa.

O dispositivo da emenda que determina tal autorização reveste a mesma de inconstitucionalidade, uma vez

que tanto a Carta Magna Federal quanto a Constituição Estadual determinam que a alteração da organização e da divisão judiciárias (no caso a readequação sugerida pela emenda) serão feitas através de proposição à Assembléia Legislativa, que possui a prerrogativa de analisar e autorizar tais alterações.

Ainda, quanto à técnica legislativa, a emenda em tela encontra óbice no artigo 7º da Lei Complementar nº 095/98:

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto:

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão: (grifos nossos)

Isto porque a reavaliação e a readequação de todas as Circunscrições Imobiliárias do estado. A emenda faz com que a lei deixe de tratar de um único objeto, uma vez que a intenção inicial do projeto seria estabelecer delimitações territoriais das Circunscrições do 1º, 2º, 3º e 4º Serviço de Registro de Imóveis da comarca de entrância final de Maringá, enquanto a emenda apresentada visa alcançar todas as Circunscrições.

Para alcançar o objetivo pretendido pela emenda deveria ser feita uma alteração, independente do projeto de lei ora em tela, na Lei Estadual nº 14277/03 (Código de Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), pois esta lei sim é responsável pelo alcance de todas as Circunscrições do estado.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a inconstitucionalidade e a ilegalidade apresentadas pela presente emenda, opinamos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 09/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoiamento:

Luiz Claudio Romanelli, Duílio Genari, Tadeu Veneri, Douglas Fabrício, Pastor Edson Praczyk e uma ilegível.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
OFÍCIO Nº 052/08

Curitiba, 16/09/08.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, venho através do presente informar que o Projeto de Lei nº 239/08 de autoria do Tribunal de Justiça, que estabelece delimitações das Circunscrições Imobiliárias da comarca de entrância final de Maringá, foi novamente remetido à esta Comissão em virtude de emenda oferecida pelo Plenário.

Tendo recebido parecer contrário desta Comissão com relação à emenda apresentada, encaminhamos a V. Exa. nesta oportunidade, o projeto de lei, para que tome

as devidas providências, com base nos artigos 33, parágrafo 2º “a” e 170, parágrafo 2º do Regimento Interno da Casa.

Atenciosamente.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ, Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

Em votação a emenda de Plenário, com parecer contrário da CCJ. Neste caso a votação, tendo em vista a proposição, ela recebeu parecer contrário na CCJ, a votação é efetuada de maneira inversa. Os Deputados que foram contrários a emenda permaneçam como estão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Queria chamar a atenção desta Casa, porque essa emenda promove uma delegação absolutamente inaceitável, daquilo que é competência do Poder Legislativo ao analisar as mensagens que são oriundas do Poder Judiciário, proque ela autoriza o Poder Judiciário, a partir de 2009, a efetuar a cada dois anos a reavaliação e a readequação de todas as circunscrições imobiliárias do estado do Paraná.

Ora, todos sabemos que são definidas por lei as Circunscrições Imobiliárias, elas são fruto de um processo histórico, amplo de um estudo técnico amplamente discutido e debatido e, entendo que essa emenda não pode prosperar, porque senão estaremos delegando ao Poder Judiciário uma competência que é desta Casa ao analisar o caso concreto. Como é este aqui, enviado pelo Tribunal de Justiça à Assembléia Legislativa, para poder definir e estabelecer as delimitações das Circunscrições Imobiliárias, da entrância final de Maringá que vai ser aprovado por esta Cas, mas a emenda é estranha ao objeto dessa mensagem do Tribunal de Justiça.

Então, foi isso que o Tribunal de Justiça pediu a esta Casa e, ao mesmo tempo entendo que é inaceitável promover uma delegação desta magnitude ao Poder Judiciário, mesmo tendo o maior respeito pela inteligência, pela competência, pela lucidez da direção daquele Poder, mas entendo que a Casa tem que preservar as suas competências e na competência nossa é votar, no caso concreto, cada uma das Circunscrições Imobiliárias do estado do Paraná.

Por isso encaminho contrário a aprovação dessa emenda Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. A emenda já recebeu parecer contrário inclusive, da CCJ.

Por esta razão os Deputados que forem contrário a emenda permaneçam como estão. Está **rejeitada** a emenda.

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, anexo Projeto de Lei nº 851/07, de autoria do Deputado Plauto Miró. Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de carrinhos motorizados para deficientes físicos, idosos e gestantes em centros comerciais, shopping centers, hiper e supermercados, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CAICTM. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/07, de 27/02/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 039 e 851/07

P A R E C E R :

Em razão da similaridade e analogia das propostas de leis acima enumeradas, de autoria dos Deputados Mauro Moraes e Plauto Miró, os respectivos projetos de lei foram eles anexados, com fundamento no artigo 120 do Regimento Interno.

O Projeto de Lei nº 039/07, apresentado em fevereiro de 2007, já recebeu parecer desta Comissão e da Comissão de Indústria e Comércio, e ambas ofereceram emenda substitutiva geral à redação inicialmente proposta.

O Substitutivo Geral da Comissão de Indústria e Comércio é resultado da contribuição dos segmentos interessados recebida em Audiência Pública, visando o aperfeiçoamento da proposta para permitir a efetiva aplicação da lei de modo a minorar as dificuldades dos portadores de necessidades especiais sem, no entanto, inviabilizar a atividade econômica dos estabelecimentos de pequeno porte, caracterizados como supermercados segundo artigo 74 da Lei Federal nº 9069/95.

Posteriormente, em dezembro de 2007, foi apresentado um novo projeto de lei sobre o mesmo tema, trazendo como inovação procedente, em relação à proposta original e seus dois substitutivos, a fixação da penalidade em unidades de padrão fiscal, a exemplo do sistema adotado pela legislação tributária estadual.

Inobstante a dinamicidade da vida em sociedade imponha a periódica revisão legislativa, acarretando certa transitoriedade às normas, deverá o legislador editar as leis tendo em mente a sua característica de perenidade, como elemento que garante a segurança jurídica aos seus destinatários.

Neste sentido procede a fixação da penalidade em unidade padrão fiscal, que é correspondente a R\$ 54,29 e está baseada em índices oficiais que não resultam defasados com o transcurso do tempo.

Portanto, incitada à manifestação no que respeita à constitucionalidade e legalidade das novas peças trazidas a consideração esta Comissão, não encontrou nenhuma macula ao ordenamento jurídico e, assim, com o objetivo de harmonizar as proposições apresentadas sobre a

mesma matéria elaborou, conforme texto em anexo, um novo substitutivo geral.

Pelo exposto a Comissão de Constituição e Justiça manifesta ser parecer favorável aos projetos enumerados, na forma do substitutivo geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 20/04/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS
PROJETOS DE LEI Nº 039 e 851/07

P A R E C E R :

Art. 1º Os centros comerciais - shopping centers, os hipermercados e os supermercados, ficam obrigados a disponibilizar gratuitamente, no período de compras, em suas instalações, carrinhos motorizados para pessoas com necessidades especiais, para os idosos e gestantes, com dificuldade de locomoção.

Parágrafo Único. Deverá ser disponibilizado um carrinho motorizado para cada 4.000 m2 de área destinada aos consumidores para compras, ficando dispensados da exigência os estabelecimentos com área inferior a estabelecida.

Art. 2º Deverão ser afixadas em local de grande visibilidade nas dependências, externa e interna, dos centros comerciais - shopping centers, dos hipermercados e dos supermercados, placas indicativas dos postos de retirada dos carrinhos motorizados.

Art. 3º Os estabelecimentos previstos no artigo 1º desta lei terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua regulamentação, para se adequarem ao estabelecido nesta lei.

Art. 4º A não observância dos preceitos estabelecidos nesta lei sujeitará os infratores à multa pecuniária equivalente a 10 UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Estado, que será aplicada em dobro a cada reincidência.

Art. 5º A fiscalização do cumprimento desta lei será exercida pelos órgãos competentes da Administração Pública Estadual.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E
TURISMO SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 039/07

Art. 1º Os centros comerciais, os shopping centers, os hipermercados e os supermercados, ficam obrigados a disponibilizar gratuitamente, no período de compras, em suas instalações, carrinhos motorizados para pessoas com necessidades especiais, para os idosos e gestantes, com dificuldades de locomoção.

Parágrafo Único - Será exigível um carrinho motorizado para cada 4.000 m2 de área de vendas, área esta obtida pelo somatório dos espaços em que o cliente pode circular nos estabelecimentos descritos neste artigo, ficando dispensados dessa exigência os estabelecimentos com área inferior a 4.000 m2.

Art. 2º Os estabelecimentos previstos no artigo 1º terão o prazo de 60 (sessenta) dias contados da regulamentação desta lei para se adequarem ao estabelecido.

Art. 3º Deverão ser afixadas em local de grande visibilidade nas dependências externa e interna dos centros comerciais, dos shopping centers, dos hipermercados e dos supermercados, placas indicativas dos postos de retirada dos carrinhos motorizados.

Art. 4º A não observância desta lei sujeitará os infratores à multa pecuniária de R\$ 500 (quinhentos reais), que será aplicada em dobro a cada ocorrência.

Art. 5º A fiscalização do cumprimento desta lei caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/05/07.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Dobrandino da Silva, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Luiz Fernandes Litro e Edson Strapasson.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei Federal nº 9069, de 29/06/95, classifica-se como minimercado, supermercado e hipermercado todo estabelecimento que comercializa, mediante auto-serviço, grande variedade de mercadorias, em especial produtos alimentícios em geral e produtos de higiene e limpeza. Para fins do estatuto da APRAS, define-se como supermercado o comércio de gêneros alimentícios e bens de consumo em geral, no sistema de auto-serviço, com um mínimo de 2 (dois) check-outs. Por essa definição, uma loja de 150 m2, que funciona com auto-serviços, é um supermercado.

Imaginar um carrinho motorizado em um supermercado com essa dimensão, que freqüentemente é uma extensão da residência do proprietário e, em alguns casos, utiliza somente cestinhas, não disponibilizando nem carrinhos de compras, é um ônus excessivo e desnecessário para esse pequeno comércio. Por outro lado, imaginar um supermercado ou shopping centers com mais de 10.000 m2, com um único carrinho é no mínimo desproporcional.

Desta forma, propomos a fixação da quantidade de carrinhos por metro quadrado, respeitando a proporcionalidade dos estabelecimentos, até porque, os carrinhos automatizados disponíveis hoje no mercado exigem manutenção constante e cara.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
SUBSTITUTIVO GERAL DO
PROJETO DE LEI Nº 039/07

P A R E C E R :

Trata-se de proposição de iniciativa do Deputado Mauro Moraes, com substitutivo do Deputado Caíto Quintana e outros, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de carrinhos motorizados para pessoas com necessidades especiais, para idosos e gestantes com dificuldades de locomoção em centros comerciais, shopping centers, hipermercados e dá outras providências.

Esta Comissão se soma a justificativa que embasa o referido substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 039/07 e é de parecer favorável à tramitação na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, 13/06/07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

PEDRO IVO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui normas para o ingresso no ensino fundamental com nove anos de duração. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. e CONTRÁRIO DA CECECT. (Publ. no DA nº 034/07, de 24/04/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 300/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em questão tem como objetivo instituir normas para o ingresso no ensino fundamental com nove anos de duração.

Fundamentação

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 205, a educação como responsabilidade do estado e da família:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a

colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 183, estabelece a competência do Poder Público Estadual para elaborar e garantir a aplicação de normas referentes à educação:

Art. 183. Compete ao Poder Público Estadual normatizar e garantir a aplicação das normas e dos conteúdos mínimos para o ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos universais, nacionais e regionais.

Nesse contexto, o Governo Federal elaborou a Lei nº 9394/96, que versa sobre as diretrizes e bases para a educação. Tal lei incumbe os estados de baixar normas no sentido de regular seu sistema de ensino.

A Lei nº 11274/06 altera a LDB, determinando que:

Art. 3º O artigo 32 da Lei nº 9394, de 20/12/96, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 32 O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante

(...)

Art. 5º Os municípios, os estados e o Distrito Federal terão o prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade para o ensino fundamental disposto no artigo 3º desta lei e abrangência da pré-escola de que trata o artigo 2º desta lei.

Dentro das atribuições que lhe são conferidas e, com base na legislação, o Conselho Nacional da Educação elaborou Parecer nº 006/05, para a orientação da implantação do ensino fundamental de nove anos, bem como o Parecer nº 005/07, no qual o CNE esclarece de forma objetiva que a criança precisa ter seis anos completos ou a completar até o início do ano letivo, o que foi adotado pelo Conselho Estadual de Educação, conforme estabelecido no artigo 12 do Del. 003 2006

Art. 12. Para matrícula de ingresso no 1º ano do ensino fundamental de nove anos de duração o educando deverá ter seis anos completos ou a completar até 1º de março do ano letivo em curso.

§ 1º O aluno que estiver cursando a educação infantil e completar seis anos de idade no decorrer do ano letivo não poderá ingressar no ensino fundamental neste mesmo ano.

Diante dos dispositivos Constitucionais e da Legislação Nacional referente ao tema, não há dúvidas sobre a legalidade da matéria proposta no projeto em análise.

É de se ressaltar que a regulamentação do Conselho Estadual de Educação, em conformidade com a legislação nacional, afasta da natureza do presente projeto de

lei, a característica de determinar atribuições à Secretaria, mas tão-somente regulamentando as atribuições já determinadas pelos Conselhos Nacionais e Estadual de Educação.

Conclusão

Diante do acima exposto e tendo em vista o pleno atendimento aos ditames legais e constitucionais concernentes à matéria em tela esta Comissão opina pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 05/06/07.

(aa) DURVALA AMARAL - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 300/07

P A R E C E R :

Relatório

Através de Audiências Públicas realizadas através da Comissão de Educação na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná promoveram-se debates amplos referentes à propositura do nobre Parlamentar sobre a regulamentação do ensino fundamental de nove anos.

Parecer do Relator

Conforme legislação federal sob Lei Federal nº 11114/05 e Deliberação nº 03/06-CEE/PR (Conselho Estadual de Educação - Paraná), que segue em anexo, definiu a referida questão.

No entendimento promovido pelas Audiências Públicas entre o proponente e as partes envolvidas, acata-se a definição conforme a legislação e pede-se o arquivamento do referido projeto.

Considerando, o relatório o parecer deste Relator é contrário, pede-se pela rejeição do referido projeto.

Sala das Comissões, em 31/03/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

BETI PAVIN - Relatora

Tendo em vista que tem parecer contrário da Comissão de Educação, a votação também se dará de maneira inversa.

Questão de ordem: o Deputado Péricles de Mello, com a palavra.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Questão de Ordem)

Na verdade, não sei como agir, porque não que o parecer seja contrário. Não tem uma proposta de um parecer alternativo da Comissão? Deve ser algum engano, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Na verdade estou lendo aqui, o parecer de fato é contrário, Deputado Péricles.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Questão de Ordem**)

É que na verdade eu pretendia apresentar uma emenda amanhã. Tenho uma posição sobre a questão dos seis anos, que quero defender em Plenário. Não sei como eu poderia me conduzir.

Então vamos rejeitar o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. poderá apresentar amanhã em 2ª discussão.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Questão de Ordem**)

Volto atrás do parecer, rejeitamos o parecer da Comissão, aprovamos na 1ª discussão o projeto do Deputado Romanelli e amanhã apresento a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Deputados que aprovam em 1ª discussão o projeto **Aprovado**.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre tarifa reduzida de energia elétrica, empresas, no período noturno. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CDHCD. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/07, de 02/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 475/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró. Dispõe sobre tarifa reduzida de energia elétrica, empresas, no período noturno.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece em seu artigo 174, a competência para legislar sobre o assunto. Vejamos:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

A Constituição Estadual, em seu artigo 53, inciso V, diz:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

Quanto à técnica legislativa foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 02/05/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA OFÍCIO Nº 047/08.

Curitiba, em 02/09/08.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, venho através do presente informar que o Projeto de Lei nº 475/07 de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre tarifa reduzida de energia elétrica, empresas, no período noturno, foi novamente remetido à esta Comissão em virtude de parecer com emenda oferecido pela Comissão de Finanças. (cópia do projeto, emendas e parecer anexo).

Tendo recebido parecer contrário desta Comissão com relação à emenda apresentada, encaminhamos à V. Exa., nesta oportunidade o projeto de lei, para que tome as devidas providências, com base nos artigos 33, parágrafo 2º “a” e 170, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa.

Atenciosamente,

(a) DURVAL AMARAL - Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 475/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró, propõe reduzir, em 30% (trinta por cento), o valor da tarifa de energia elétrica normal diurna, para empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços, que ampliem suas atividades produtivas no período noturno, desde que não haja redução da atividade produtiva diurna. Estabelece que o período noturno, para os efeitos desta proposta de lei, seja considerado o tempo entre as 18 (dezoito) horas até às 7 (sete) horas do dia seguinte.

A proposição recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça de lavra do Deputado Luiz Carlos Martins, quanto a sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Voto do Relator

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a compatibilização com o PPA, LDO e a Lei Orçamentária Anual, além do atendimento das diretrizes da responsabilidade fiscal, bem como quanto aos aspectos de oportunidade e conveniência.

Quanto ao aspecto do mérito, a proposta pretende criar mecanismos de estímulo ao crescimento da produção industrial e das atividades industriais, mercantis e de

prestação de serviços, podendo existir mais ofertas de empregos, com a conseqüente melhoria de IDH e do PIB em nosso estado. Portanto, louvável a iniciativa.

Porém, para a legal aprovação do referido projeto de lei, função básica desta Comissão, faz-se necessário a devida demonstração do estudo de impacto financeiro, ainda que se tratando de uma sociedade de economia mista, a fim de ser analisada a quem caberá arcar com a referida redução da tarifa, se for pelo tesouro do estado, o que não prevê a redução atual do projeto, ou a própria empresa, o que importa em alteração contratual.

Como o projeto está desacompanhado deste documento indispensável, a princípio não pode esta Comissão, dar parecer sem estes estudos, sob pena de estar falhando com as suas atribuições fundamentais. No entanto, nosso entendimento é pelo encaminhamento da matéria novamente ao autor, para que o atendimento ao que estabelece a legislação, tendo em vista que a redução da tarifa por parte da sociedade de economia mista Companhia Paranaense de Energia, depende de subvenção do Tesouro do Estado, com o conseqüente estudo de impacto orçamentário-financeiro.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31/10/07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELTON WELTER - Relator

OFÍCIO Nº 022/07.

Curitiba, em 07/11/07.

Senhor Presidente:

Em resposta ao Ofício desta Comissão, sobre o Projeto de Lei nº 475/07 de minha autoria, sobre tarifa de energia elétrica diferenciada no período noturno, informo que todas as informações solicitadas pelo Sr. Deputado Elton Welter - Relator do projeto nesta Comissão de Finanças - encontra-se na Resolução nº 456, da Agência Nacional de Energia Elétrica, Órgão Regulador do Setor Elétrico Nacional.

Informo também que, na supracitada resolução consta a forma de como deverá ser feita a medição de consumo dos consumidores que se habilitarem a utilizar a tarifa, a exemplo do que já ocorre em outros estados da federação, como em Tocantins, bem como o que já ocorre no Paraná, com os agricultores que participam do Projeto de Irrigação Noturna.

Atenciosamente,

(a) PLAUTO MIRÓ

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 475/07

P A R E C E R :

Segundo Parecer - Conclusivo

Relatório

Remete-se, por economia, ao relatório preliminar, quando se decidiu pela remessa do presente projeto de lei ao seu autor, o nobre Deputado Plauto Miró, a fim de

atender o que estabelece a legislação, tendo em vista que a proposição importa em redução da tarifa por parte da sociedade de economia mista Companhia Paranaense de Energia, e que dependeria de subvenção do Tesouro do Estado, com o conseqüente estudo de impacto orçamentário-financeiro.

Os autos retornaram com a singela resposta de que todas as informações solicitadas se encontrariam na Resolução nº 456, da Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador do setor elétrico nacional, instruindo o ofício com uma cópia da referida resolução.

Aduziu ainda que a mencionada resolução conterá a forma de como deverá ser feita a medição de consumo dos usuários da energia elétrica que se habilitarem a utilizar a tarifa, informando que isso já ocorre no estado do Tocantins, bem como em nosso estado, com os agricultores que participam do Projeto de Irrigação Noturna.

Voto do Relator

Com todo o respeito e salvo informação não percebida por este Relator, a Resolução da ANAEE em nada contribui para a falha formal da presente proposição, quanto ao estudo de impacto orçamentário-financeiro da mesma.

No entanto, como a proposta, em seu mérito, ao nosso entendimento, tem total procedência e deve ser perseguido, a fim do poder público incentivar o desenvolvimento econômico do estado, tomamos a liberdade de apresentar um substitutivo, no qual, ainda que em parte, mas não menos como todos os demais projetos aprovados nesta Casa, inclusive os oriundos do Poder Executivo, apontem a forma de execução da proposta, no que tange aos aspectos financeiro-orçamentários.

Para tanto, aproveitou-se integralmente a proposta e principalmente os objetivos originais, apresentados pelo Deputado Plauto Miró, adaptando-o, na forma que este Relator entendeu o mais conveniente, ao molde do Programa de Irrigação Noturna, instituída pela Lei Estadual nº 15606, de 15 de agosto do corrente ano, a qual também foi aprovada sem outros estudos.

Tal qual o Programa de Irrigação Noturna, propõe-se no substitutivo a criação de um programa, denominado Produção Noturna. Ainda que sempre advogados afirmem que a instituição de programas governamentais não pode ter iniciativa parlamentar em um regime de Governo presidencialista, optamos por este caminho, a fim de se tornar melhor compreensível a proposta e amoldar-se ao Programa de Irrigação Noturna.

No entanto a maior inovação é a previsão, subtraída da lei que instituiu o Programa de Irrigação Noturna, da origem dos recursos para o pagamento da diferença da tarifa de energia elétrica, às fornecedoras desta, do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE. E toda a forma de obtenção de recursos para tais fins, a exemplo do Programa de Irrigação Noturna, seja prevista em dotação

orçamentária, cuja proposta para o exercício do próximo ano ainda se encontra nesta Casa de Leis para apreciação e votação.

Ademais, em que pese a entrada em vigor na data de sua publicação, de fato, a presente proposta de programa governamental dependerá de todas as regulamentações extraídas também do Programa de Irrigação Noturna, com as devidas adaptações.

Conclusão

Destarte, somos pela regular tramitação do presente projeto de lei, porém, na forma do substitutivo geral anexo.

Sala das Comissões, em 28/11/07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELTON WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 475/07

P A R E C E R :

Art. 1º Fica instituído o Programa Produção Noturna, com a finalidade de beneficiar os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviço, urbano e rurais, que ampliem suas atividades produtivas, estendendo-as para o período noturno, com a subvenção econômica através de recursos do Fundo de Desenvolvimento Estadual - FDE, para fins de obter fornecimento de energia elétrica com tarifa reduzida em 30% (trinta por cento) sobre aquela vigente para estes consumidores no período diurno.

Parágrafo Único. As despesas com a subvenção econômica de que trata este artigo correrão a conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, em rubrica específica para esse fim, ou dos recursos já existentes no citado Fundo.

Art. 2º A subvenção econômica para fins de redução tarifária prevista no *caput* deste artigo não prevalecerá em caso de redução da atividade produtiva diurna dos consumidores beneficiários.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, entende-se por período noturno, aquele compreendido entre as 18h e as 7h do dia seguinte, e por período diurno aquele entre as 7h e as 18h.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará:

I - os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviço, urbanos e rurais, contempláveis com a subvenção de que trata esta lei;

II - as condições operacionais gerais para a implementação, execução, controle e fiscalização da subvenção de que trata esta lei;

III - as condições de acesso aos benefícios previstos nesta lei, incluindo a forma de pagamento das forne-

cedoras de energia elétrica e outras exigências técnicas pertinentes;

IV - os montantes máximos de subvenção econômica, de forma compatível com os recursos disponíveis para esta finalidade.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28/11/07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELTON WELTER - Relator

Apoiamento:

Dobrandino da Silva, Antonio Belinati e Elio Rusch (contrário).

COMISSÃO DE FINANÇAS
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 475/07

P A R E C E R :

A presente emenda substitutiva geral da Comissão de Finanças apresentada ao Projeto de Lei nº 475/07 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, cria o Programa Produção Noturna e autoriza a subvenção econômica com recursos do FDE para os interessados em aderir ao referido programa, conforme especifica.

Tal emenda substitutiva diverge quanto a legitimidade pois a Constituição Estadual assegura:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Estadual.

Vale lembrar que atribuir ou autorizar o que já lhe é de competência privativa do Executivo não possui efeito jurídico algum, pois padece de vício formal de iniciativa para a propositura legislativa.

Dentro desse paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se em discordância dos ditames legais e constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer contrário à emenda, opinando-se pela manutenção do projeto original apresentado pelo nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, e encaminhando-o ao Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 22/10/07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA
CIDADANIA E DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 475/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela tem como escopo a implantação de programa de redução de tarifa de energia

elétrica para estabelecimentos comerciais e industriais que ampliem suas atividades estendendo-as para o período noturno.

Aos 2 de outubro do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, bem como na Comissão de Finanças no dia 28 de novembro, onde recebeu substitutivo geral, passando então a esta Comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de suas viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta Comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 28/11/07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2557 a 2570, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2574, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Retirado pela autora.**

Requerimento nº 2572, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2573, 2575 a 2590, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2595, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2596, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2601, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento nº 2598, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Ademar Traiano e 01 ilegível, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 039, 300 e 475/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 705/07 e 032/08.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO Nº 2601, DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 13/10/08.

“Nossa Senhora Aparecida”

Dom Moacyr José Vitti

Hoje celebramos a festa de Nossa Senhora Aparecida, que em 1930 foi proclamada, pelo Papa Pio XI, a padroeira do Brasil, “para promover o bem espiritual dos fiéis e aumentar cada vez mais a devoção à Imaculada Mãe de Deus”. Sua imagem colhida por três pescadores, em outubro de 1717, quando lançavam suas redes no rio Paraíba, é hoje venerada no Santuário Nacional em Aparecida do Norte por multidões de peregrinos e peregrinas de todas as partes do Brasil.

Toda a liturgia de hoje é marcada pelo pedido de intercessão a Maria, padroeira de nossa pátri, junto de Deus. Ao pedirmos as bênçãos para a pátria, nos dispomos também a sermos instrumentos daquilo que pedimos no empenho incansável, por uma nação melhor, mais justa, mais fraterna, mais conforme o projeto de Jesus. A liturgia de hoje nos convida a contemplar a mãe de Jesus como uma mulher maravilhosa que não acompanha os projetos deste mundo, mas luta para que se realize o que Deus sonhou para a humanidade. Maria é símbolo dessa humanidade que realiza o projeto de Deus e faz o “que Jesus mandou”.

O primeiro sinal que Jesus realiza acontece no terceiro dia, lembrando o dia da ressurreição, da nova criação, da transformação da situação de menos vida para uma vida plena e cheia de alegria. A mãe de Jesus é parte

integrante da realização desse sinal. Ela ocupa o lugar central. Nela se manifesta o povo simples e pobre que espera a chegada no Reino de Amor, a plenitude da salvação.

A função de Maria não está determinada apenas pelo fato de ser a mãe física de Jesus, mas sua figura e sua atuação devem ser atendidas em termos do seguimento, do discipulado de Jesus e de seu projeto. Maria de Nazaré surge como intermediária entre a realidade dos pobres e Jesus como Messias.

Por um lado, ela avisa seu filho sobre a necessidade dos noivos e dos convidados. Ela nada pode, mas faz uma insinuação gentil, sutil. Jesus não reconhece ser aquele o momento que o Pai escolheu para ser “sua hora”. A mãe não insiste com o filho, mas muda de relação, passando para o nível da fé.

O amor profundo e sua comunhão com Ele expressam-se nas palavras dirigidas aos servidores: “Fazei tudo o que Ele vos disser”. O clima transforma-se: ela indica o caminho do encontro com o enviado pelo Pai; é momento de escuta e de confiança na Palavra de Jesus. Maria é a Mãe que se põe a serviço do Reino.

Maria, Mãe de Jesus, nos ensina a beleza da fidelidade à Nossa Aliança realizada por seu Filho e nosso Senhor, Jesus, o Messias enviado pelo Pai. Lembremos também hoje todas as crianças, na comemoração de seu dia.

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 250/08 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15750 de 27/12/07,

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15750 de 27/12/07 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901600	2000	100	2.000.000,00
31909400	2000	100	2.000.000,00
31909600	2000	100	2.716.710,14
33503600	2000	100	100.000,00

33900800	2000	100	781.000,00
33903700	2000	100	1.000.000,00
33903930	2000	100	50.000,00
44905200	2000	100	1.500.000,00
			10.147.710,14

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901100	2000	100	10.097.710,14
33903939	2000	100	50.000,00
			10.147.710,14

Gabinete da Diretoria Geral, 14/10/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Deputado Alexandre Curi - 1º Secretário

Ata de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Pastor Edson Praczyk. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 290/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Altera dispositivos da Lei nº 14807/05. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 344/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner, lido pelo Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 345/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost - Altera dispositivos da Lei nº 14743. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 346/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel - Altera dispositivos da Lei nº 14285/04. O Sr. Luiz Claudio Romanelli, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secre-

taria de Estado da Segurança Pública - DEFERIDO pelo Sr. Presidente, bem como concedida cópia da matéria ao Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk; 05) Projeto de Lei nº 353/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 239/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana à emenda de Plenário - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 360/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 370/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 331/08, de autoria do Deputado Enio Verri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 350/08, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 362/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 364/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio

Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 366/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 368/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 369/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 371/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 372/08, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 379/08, de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

